



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU ESTADO DO PARÁ  
COORDENAÇÃO DE CONTROLE**

ENTIDADE SOLICITANTE: Comissão Permanente de Licitação

FINALIDADE: Emissão de Parecer Técnico

ORIGEM: Processo de Licitação nº 006/2019-PP

**DOS FATOS:**

Foi encaminhado a esta Coordenação de Controle Interno, para apreciação, manifestação quanto á legalidade e verificação das demais formalidades e elaboração de Parecer do Procedimento Licitatório nº 006/2019, realizado para Aquisição de matérias de limpeza para atender as necessidades da Prefeitura, Secretaria, dos Fundos do município de Viseu/Pa.

**DA LEGISLAÇÃO:**

Cabe-nos, desde já, trazer à aplicação das regras constitucionais que disciplinam a matéria, invocando-se, assim, dentre outros a Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do Controle Interno, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativo às atividades administrativas, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão pela execução orçamentária, financeira e patrimonial e avaliar seus resultados quanto a economicidade, eficiência e eficácia. Nos termos da Resolução nº 11.410 – TCM/PA, de 25/02/2014.

Tendo em vista o processo de contratação em exame, implica em realização de despesa, demonstra-se a competência do Controle Interno para análise e manifestação.

**OBJETO:**

para Aquisição de matérias de limpeza para atender as necessidades da Prefeitura, Secretaria, dos Fundos do município de Viseu/Pa, realizado na modalidade de Pregão Presencial, com base nos dispositivos legais 7.892/2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, 10.520/2002 que institui o Pregão como modalidade de licitação e da Lei geral de licitações 8.666/93.

**DA PRELIMINAR:**

Isto posto, que a análise dos fatos se deu com base em documentação, acostada aos autos do Processo Licitatório encaminhados pela Comissão de Licitação, contendo Edital analisado com parecer Jurídico. Tendo sua abertura 19/02/2019 às 16:34 hs. Contendo o parecer da Procuradoria Municipal sendo Favorável, sendo os procedimentos este revestidos de todas as formalidades legais as fases de habilitação, Julgamento, Homologação, e Contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade. Onde se constatou que a empresa vendedora do Processo Administrativo foi MEIO A MEIO LTDA, CNPJ. 26.862.662/0001-36.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU ESTADO DO PARÁ**  
**COORDENAÇÃO DE CONTROLE**

Esta coordenação não elide e respalda irregularidades por ventura não detectadas no âmbito do trabalho de análise deste processo, e que está ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos.

Este é o Parecer.

Viseu, 26 de fevereiro de 2019.

  
ALESSANDRA BRUNET-LIMA FERREIRA  
COORD. DE CONTROLE INTERNO  
DECRETO N°40/2017